



24 CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 27 de setembro de 2026

Celular sai da sala, mas não da educação

Pisa mostra avanço das restrições no Brasil, enquanto estudantes relatam mudanças na convivência. Desafio, agora, é equilibrar limites e educação digital

AMANDA S. FEITOZA

O celular deixou de ser presença livre nas escolas brasileiras, mas a discussão está longe de terminar. Um ano e meio após a entrada em vigor da Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de aparelhos eletrônicos pessoais para fins não pedagógicos na educação básica, 92% das escolas afirmam ter implementado a medida, segundo pesquisa nacional do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Inep, o Instituto Alana e a Unesco. O levantamento ouviu gestores de 8.189 escolas públicas e privadas de todo o país.

Os efeitos percebidos pelos gestores aparecem, principalmente, na rotina. Segundo 97% deles, a restrição contribuiu para ampliar a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, enquanto 95% relatam melhora na concentração e na socialização presencial. Para 86%, houve redução da ansiedade dos alunos.

A proposta é restringir o uso não pedagógico, e não eliminar a tecnologia do processo educacional. É justamente nesse ponto que surge um dos principais desafios da mudança: como afastar o celular durante a aula sem afastar os estudantes da educação digital?

Menos distração

Os dados internacionais ajudam a explicar por que o celular passou a ser alvo de restrições. No Brasil, 25% dos estudantes disseram que os colegas frequentemente se distraem com dispositivos digitais durante a maioria ou todas as aulas de ciências, segundo o Pisa. Entre esses alunos, o desempenho médio em ciências foi 19 pontos menor do que entre aqueles que não relataram esse tipo de distração, depois de considerados fatores socioeconômicos.

A relação, porém, não permite afirmar que o celular seja responsável pela diferença de desempenho. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) trabalha com associação, e não com uma relação de causa e efeito. O mesmo cuidado vale para os efeitos da proibição. Nos países da organização, estudantes de escolas que não permitem celulares nas dependências da instituição tinham cerca de 13% menos probabilidade de relatar distração digital. Ao mesmo tempo, o Pisa não encontrou evidência de que a mudança na proporção de escolas com proibição entre 2022 e 2025 tenha produzido alteração correspondente no desempenho médio em ciências ou leitura.

Para o professor e pesquisador Lucelmo Lacerda de Brito, a restrição enfrenta um problema

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Alex Silva, 17 anos, percebeu melhora no rendimento

concreto da rotina escolar, mas não resolve a relação dos jovens com as telas. “No contexto escolar, essa utilização é um grande problema, e, nesse sentido, o ataque é a um problema real, mas também é sintoma de uma sociedade cada vez com menos atenção e com muita dependência de estímulos rápidos.”

Segundo ele, retirar o aparelho não deve significar simplesmente recolher o celular. A escola precisa oferecer alternativas para ocupar o espaço deixado pelas telas. “A ausência do celular, que é o foco da atenção prioritária dos estudantes de modo geral, gera uma situação também de dificuldade para os estudantes que utilizavam aquilo ali como referência”, relata. Por isso, o pesquisador defende que as escolas ampliem as possibilidades de convivência e atividades fora das telas, com livros, revistas, espaços esportivos e outras experiências.

No Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga (Cemeit), o diretor Gabriel Rodrigues conta que a escola passou a trabalhar a questão com os estudantes por meio da reflexão sobre o uso excessivo dos aparelhos. “Adolescentes não lidam bem com o proibido. Então, trouxemos para o campo da reflexão.”

A escola também ampliou atividades fora das telas, com projetos relacionados a saúde mental, esportes, direitos humanos, tecnologia e preparação para concursos e vestibulares.

Na prática

Para quem está do outro lado da regra, a mudança foi sentida diretamente na rotina. Aos 17 anos, o estudante Alex Mikael Pereira da Silva, do Cemeit, conta que, inicialmente, teve dificuldade para se acostumar. “O celular é um grande vício pra todos

nós, então era muito estranho não ver as mensagens ou abrir alguma rede social.” Com o tempo, porém, ele percebeu mudanças que ultrapassaram os muros da escola. Segundo Alex, a diminuição do uso nas aulas também reduziu a vontade de acessar o aparelho ao longo do dia.

Tecnologia é aliada

Dados do Pisa 2025 mostram que 48% dos estudantes brasileiros disseram usar chatbots de inteligência artificial pelo menos uma vez por semana para ajudá-los a aprender, percentual próximo à média da OCDE, de 46%. Ao mesmo tempo, apenas 51,2% dos estudantes brasileiros disseram aprender na escola a avaliar a qualidade das informações produzidas por chatbots de IA. Ou seja, enquanto o smartphone perde espaço durante a aula, ferramentas digitais continuam fazendo parte da vida acadêmica dos adolescentes — e a inteligência artificial amplia esse desafio.

Para Lucelmo, a escola precisa separar o uso recreativo do uso pedagógico. A retirada dos celulares durante determinados momentos não impede que as telas sejam utilizadas em atividades planejadas. O pesquisador também chama atenção para estudantes que precisam de dispositivos como ferramentas de acessibilidade. Nesses casos, a regra geral não deve ignorar necessidades individuais. “Esse celular, ou outro dispositivo, como um tablet, pode ser utilizado como uma ferramenta para comunicação alternativa. E, neste caso, obviamente, ele não pode ser retirado.”

O Brasil não está sozinho na tentativa de limitar o uso de celulares no ambiente escolar. Em março de 2026, 114 sistemas educacionais tinham algum tipo de proibição nacional de celulares, o equivalente a cerca de 58% dos países monitorados pela Unesco. Em 2023, eram menos de 25%.

As regras, porém, variam bastante entre os países. Há modelos de proibição nacional, orientações para que cada escola estabeleça sua própria política e restrições concentradas em determinadas etapas de ensino.